



EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM

Aprovação Jurídica:

Este Edital **FOI APROVADO** pela Procuradoria Geral do Município **Santa Isabel do Rio Negro/AM**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026 – SRP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, por intermédio de seu Agente de Contratação, designado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço por item**, sob o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e demais normas correlatas, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DADOS GERAIS DO CERTAME

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de Julgamento: Menor Preço por Item

Regime de Contratação: Sistema de Registro de Preços – SRP

Processo Administrativo nº: 018/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Data da Sessão Pública: 17 de março de 2026

Horário da Sessão: 10h00min, horário local (Santa Isabel do Rio Negro/AM)

Local da Sessão: Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à (Rua Dallas nº 545, Bairro: Flores) – Manaus/AM

Entrega dos Envelopes: Até as 10h00min do dia da sessão pública

Licitação Exclusiva para ME/EPP? () Sim (X) Não

Itens Exclusivos ME/EPP ou Reserva de Cota? () Sim (X) Não

Vistoria Técnica: () Facultativa (x) Obrigatória () Não se aplica

Amostra/Catálogo: () Sim (X) Não

Contato: licitacao@santaisabeldorionegro.am.gov.br

DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O presente certame será conduzido por **Agente de Contratação**, auxiliado por sua equipe de apoio, conforme designação oficial e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A **sessão pública será realizada presencialmente**, em local e horário definidos neste Edital, com a participação dos licitantes credenciados e registro físico em ata circunstanciada de todas as fases do procedimento.

2.3. O procedimento licitatório será regido pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar nº 123/2006** (com as alterações da LC nº 147/2014 e LC nº 155/2016), e pelas demais normas regulamentares vigentes.

2.4. Na hipótese de **inexistência de expediente** na data designada para a sessão pública, esta será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente**, no mesmo local e horário, salvo disposição em contrário publicada em aviso específico.



1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM**, nos termos e condições constantes no presente Edital, Estudo Técnico Preliminar no Termo de Referência.

1.2. A descrição detalhada do objeto do presente certame está estabelecida no Anexo I do Termo de Referência deste instrumento convocatório e deverá ser minuciosamente observada pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

1.3. O valor máximo orçado pela Administração se encontra nos autos do processo administrativo, obtido a partir de cotações junto a empresas que atuam há muito tempo no ramo do objeto licitado.

1.4. A composição de preço estimado pela Administração integra os presentes autos administrativos, na forma de mapa comparativo de preços, estando disponível para consulta de eventuais interessados na sede do ente municipal.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de registro de preços, a cargo do Órgão Participante, cujos programas de trabalho e elemento de despesa específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

2.2. O valor máximo orçado pela Administração se encontra nos autos do processo administrativo, obtido a partir de cotações junto a empresas que atuam há muito tempo no ramo do objeto licitado.

2.3. A composição de preço estimado pela Administração integra os presentes autos administrativos, na forma de mapa comparativo de preços, estando disponível para consulta de eventuais interessados na sede do ente municipal.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes.

A Lei 14.133/2021 prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência (...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (grifo nosso).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas comerciais registradas na Junta Comercial que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

3.2. A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade do licitante dar-se-á na fase de credenciamento.

3.3. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.4. NÃO poderão participar deste Pregão:

a) Empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação.

a.1. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado, juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, o qual certifica que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública. Ressalte-se que tal apresentação não substitui a comprovação da qualificação econômico-financeira, demonstrando apenas o acolhimento judicial do plano de recuperação.

b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas ou que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ficando sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 a 163 e 337-M, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.



- c) Empresas que não atendam às exigências deste Edital.
 - d) Empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.
 - e) Empresas que possuam como sócio, dirigente ou representante agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - f) Empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
 - g) Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país.
 - h) Empresas cujos representantes não fizerem presença na sessão pública.
 - i) Empresas citadas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, direta ou indiretamente, quanto à disputa da licitação ou execução do contrato.
- 3.5. A observância das vedações previstas neste item é de inteira responsabilidade do licitante, que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4. DA CONSULTA E ENTREGA DO EDITAL

- 4.1. Edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no site oficial da Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro/AM, pelo e-mail licitacao@santaisabeldorionegro.am.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no portal de transparência da Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4.2. O edital também poderá ser retirado na Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede administrativa do Poder Executivo, Av. Danilo Correia, s/n – Centro, Santa Isabel do Rio Negro /AM.
- 4.3. A retirada do edital poderá ser feita mediante pagamento de taxa administrativa no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) por folha impressa, cujo recolhimento deverá ser realizado através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal junto à Prefeitura deste Município.
- 4.4. O recolhimento da taxa deverá ser de forma identificada, no horário de 08:00 às 12:00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2. A Impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente através do Protocolo Geral da Prefeitura, decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no edital até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de realização do Pregão na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
- 5.3. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.
- 5.4. As medidas referidas no Item 6.1 e 6.2 deverão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço constante no preâmbulo do Edital, nos termos do art. 164 Lei 14.133/2021.
- 5.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá nos termos do artigo Art. 337-I Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.6. O Pregoeiro (a) manifestará sobre os esclarecimentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de matérias relacionadas às especificações, a manifestação será auxiliada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura.
- 5.7. O Pregoeiro (a) manifestará sobre as impugnações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando se tratar de matérias relacionadas às especificações, a manifestação será auxiliada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura.
- 5.8. Em caso de eventual atraso na manifestação do(a) Pregoeiro(a), o licitante interessado será devidamente oficiado, de forma justificada.
- 5.9. As manifestações em relação aos esclarecimentos e impugnações serão encaminhadas preferencialmente via e-mail, ou através de AR, para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes.
- 5.10. É de inteira responsabilidade dos licitantes interessados, participantes do certame (inclusive de quem entrou com o pedido de esclarecimento ou impugnação), o acesso ao seu e-mail, fornecido na impugnação ou pedido de esclarecimento, para conhecimento das manifestações postadas pelo Pregoeiro (a).

6. DAS FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

- 6.1. Para este certame, a sequência das fases será, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 14.133/2021:
 - a) Credenciamento;



- b) Proposta;
- c) Habilitação.

6.2. A fase recursal será única, conforme disposto no art. 165, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Ao iniciar a sessão, a Licitante deverá preferencialmente apresentar toda a documentação impressa em papel tamanho A4, utilizando apenas uma das faces da folha, para melhor organização interna processual.

7.2. Os documentos de credenciamento devem ser entregues à Comissão separadamente dos envelopes de documentação e propostas:

- a) Cópia do ato constitutivo da empresa em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ou respectiva consolidação;
- b) Cópia do Cartão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com indicação das atividades econômicas desenvolvidas pela empresa do objeto licitado.

7.3. O credenciamento de representante legal dar-se-á com a entrega, no início da sessão, dos documentos abaixo, em separado dos envelopes de documentação e proposta de preços:

- a) Cópia do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, bem como a do sócio/proprietário com poderes de administração comprovada no contrato social vigente, devidamente autenticada em cartório competente;

- b) Termo de Credenciamento, conforme modelo do Anexo XII, ou instrumento de procuração, em ambos os casos com firma reconhecida em cartório competente, exceto quando se tratar de procuração por instrumento público.

7.4. Juntamente ao termo ou instrumento de procuração, deverá ser apresentado o contrato ou estatuto social vigente da empresa, no qual conste a identificação do sócio administrador ou cláusula de administração. No caso de estatuto social, deverá ser acompanhado da ata de eleição do administrador.

7.5. No caso de representação por sócio administrador ou diretor, a condição deverá ser comprovada mediante apresentação de documento de identificação e contrato/estatuto social vigente.

7.6. No caso de representação por sócio sem poderes de administração, este deverá apresentar instrumento procuratório ou termo de credenciamento.

7.7. Quando da apresentação de contrato ou estatuto social de empresa ou requerimento de empresário, os documentos deverão estar devidamente autenticados por servidor público da Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro /AM ou por declaração de autenticidade assinada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

7.8. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante, vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa.

7.9. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante (Orientação do TCU, Licitações & Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª ed., p. 326).

7.10. O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados, não inabilita o licitante, mas inviabiliza a formulação de lances verbais, a manifestação de intenção de recorrer e quaisquer atos que exijam a presença de representante legal.

7.11. Na fase de credenciamento será exigida, ainda:

- a) Apresentação da Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo III;
- b) Declaração, conforme modelo do Anexo IV, para usufruto dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

7.12. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 caracteriza fraude ao certame e crime previsto no art. 299 do Código Penal, sujeitando a empresa às penalidades previstas, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 5 (cinco) anos.

7.13. Deverá ser apresentada Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º), com validade não superior a 60 (sessenta) dias.

7.14. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe do Pregão e juntados aos autos.

7.15. Os documentos apresentados em cópia deverão ser autenticados pela CPL em até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento e abertura dos envelopes.

7.16. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante credenciado presente à sessão.

7.17. O representante que não se fizer presente e não se credenciar ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar intenção de recorrer, de assinar atas e de representar a licitante durante a sessão.

7.18. A ausência ou retirada do representante em qualquer fase da sessão será considerada renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

7.19. Somente as licitantes devidamente credenciadas poderão formular propostas verbais, declarar intenção de recorrer e praticar atos inerentes ao certame.



7.20. Os licitantes deverão apresentar os dois envelopes:

Envelope nº 01 – Proposta de Preços;

Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação.

7.21. A ausência de credenciamento implica que a empresa participará apenas com o preço constante em sua proposta escrita.

7.22. Deverá ser apresentada a Declaração Independente de Proposta, conforme modelo do Anexo IX, em atendimento à IN nº 02/2009 (MPOG) e Portaria SDE nº 51/2010.

7.23. Deverá ser comprovado o registro ou inscrição da empresa no CREA ou CAU, em plena validade, bem como a indicação dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços, acompanhada de:

a) Registro ou inscrição do responsável técnico (tecnólogo em mecânica) no CREA;

b) ART (cargo ou função) com, no mínimo, 2 (dois) anos de vínculo e prestação de serviços junto à empresa contratante.

8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A documentação exigida por este procedimento deverá ser apresentada, preferencialmente, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2. Excepcionalmente, quando ocorrer a autenticação em local diferente do município onde se realizará a sessão, os documentos deverão ser acondicionados em 02 (dois) envelopes não transparentes, lacrados e separados, identificados como “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, conforme modelo abaixo:

PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM

Envelope 01 - Proposta de Preços PREGÃO
PRESENCIAL nº XXXXX - REGISTRO DE
PREÇOS

Razão Social e CNPJ do licitante Endereço
completo do licitante
Data e hora da abertura
01 (uma) via

PREFEITURA DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO/AM

Envelope 02 - Documentos de Habilitação
PREGÃO PRESENCIAL nº XXXXXX -
REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social e CNPJ do licitante Endereço
completo do licitante
Data e hora da abertura
01 (uma) via

9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Não serão aceitos pelo(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio quaisquer envelopes ou documentos referentes à Proposta de Preços ou à Habilitação que sejam encaminhados pelo correio, e-mail ou por fax, ou apresentados fora da data e hora estabelecidas neste Edital.

9.2. Na apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser obedecidas as seguintes regras, sob pena de desclassificação:

a) A Proposta de Preços deverá ser apresentada em documento original, impresso em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou cotações alternativas, redigida em língua portuguesa, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou representante legal ou procurador.

b) Caso a Proposta de Preços seja assinada por representante diverso do credenciado, deverá ser apresentada a comprovação dos poderes do signatário.

c) A Proposta de Preços deverá conter, além do nome empresarial, CNPJ, endereço completo e eletrônico, as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

Prazo para execução: 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo.

Condições de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

Declarações exigidas no edital (integralidade do objeto; qualidade da execução; concordância com o Termo de Referência).

Prazos de execução e local conforme Anexo I.

Registro de preços ofertados (unitários e global).

Preços expressos em algarismos e por extenso (havendo divergência, prevalecerá o valor por extenso; entre valores unitários e globais, prevalecerão os unitários).

Inclusão de todos os custos contratuais (tributos, taxas, seguros, frete, encargos trabalhistas e previdenciários etc.).

Especificações técnicas (com indicação de marca/modelo, quando aplicável).

Declaração de inclusão de todos os encargos legais e trabalhistas.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



Validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega.

Observância do modelo constante no Anexo II.

d) A Proposta deverá ser apresentada também em mídia editável (preferencialmente pendrive), conforme modelo do Anexo XIV, com os mesmos valores ofertados no Anexo II.

e) A Proposta deverá ser assinada pelo responsável técnico (Tecnólogo em Mecânica) e pelo representante legal da empresa.

f) Não serão aceitas propostas alternativas, com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que contrariem as exigências do edital.

g) A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições do Edital e seus anexos.

9.3. Além da Proposta, deverá constar declaração de que o valor compreende integralidade dos custos trabalhistas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4. Serão desclassificadas as propostas que:

(i) apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

(ii) não atenderem às exigências do edital e anexos;

(iii) apresentarem preços excessivos, superiores ao estimado pela Administração.

9.5. Havendo dúvida quanto à exequibilidade de proposta com preços muito abaixo do orçado, o Pregoeiro suspenderá a licitação e concederá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovação da viabilidade, mediante planilha analítica e documentos fiscais.

9.6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.6.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião, por servidor da CPL ou publicação em órgão oficial, vedada a apresentação por fax ou e-mail.

9.6.2. Se a documentação não estiver completa ou correta, o proponente será inabilitado.

9.6.3. Documentos da matriz devem estar em nome da matriz; da filial, em nome da filial, salvo os emitidos somente para a matriz.

9.6.4. Para Habilitação Jurídica serão exigidos:

a) No caso de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

c) No caso de SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC

e) No caso de SOCIEDADE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

f) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o PARTICIPANTE SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA;

g) No caso de EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.5 Os documentos indicados nos itens 6.2.1 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

9.6.6 Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º) lembrando que será vistoriado o prazo de validade não superior a 60 (sessenta dias).

9.7 Quanto à COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, serão exigidos:

9.7.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (consulta impressa do sítio oficial da RFB), com CNAE compatível com o objeto desta licitação.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



- 9.7.2 Prova de inscrição no Cadastro Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, conforme a natureza tributária da atividade (ICMS/ISS) e compatível com o objeto.
- 9.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (RFB/PGFN), em validade.
- 9.7.4 Prova de regularidade para com o FGTS, mediante CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, em validade.
- 9.7.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, em validade, quando aplicável.
- 9.7.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, em validade, quando aplicável.
- 9.7.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante CNDT, em validade.
- 9.8 As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública, observado o art. 43, §1º, da LC 123/2006 (com alterações da LC 147/2014).
- 9.9 Havendo restrição na regularidade fiscal de ME/EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, devendo a licitante apresentar toda a documentação na data da sessão, ainda que com restrição, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/2006 (LC 147/2014).
- 9.9.1 Certidões emitidas via internet poderão ter sua autenticidade confirmada pelo(a) Pregoeiro(a) por meio de consulta on-line, juntando-se a comprovação aos autos.
- 9.10 Na ausência de prazo de validade informado pelo órgão emissor, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de emissão.
- 9.11 Para QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA serão exigidos:
- 9.11.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis balanço patrimonial, DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS (ART. 69 LEI 14.133/2021) e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, TRATANDO-SE DE SOCIEDADES POR AÇÕES.
- 9.11.3 As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ficam dispensadas da apresentação do documento constante do “item 6.7.”, na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e suas alterações pelo Decreto nº 10.273, de 13 de março de 2024.
- 9.11.4 Para as empresas sujeitas a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário (em modo SPED);
- II) Balanço Patrimonial (em modo SPED);
- III) Demonstração da média da Capacidade Financeira – Índice;
- IV) Demonstração de Resultado do Exercício (em modo SPED);
- V) Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos (em modo SPED);
- VI) Recibo de Entrega do Livro Digital (em modo SPED);
- VII) Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente (em modo SPED);
- 9.11.5 Na hipótese de inexistência ou de inexigibilidade da Declaração de Habilitação Profissional – DHP no Estado em que o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram emitidas, o licitante deverá apresentar documento hábil emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo, para comprovar tal fato.
- 9.11.6 Os índices de liquidez e solvência, cujos resultados deverão ser maiores ou iguais a 1 (um), serão calculados através das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- 9.11.7 Serão inabilitados os licitantes que apresentarem ILG ou ISG menor do que 1.
- 9.11.8 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados em uma das seguintes formas:
- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em Jornal;
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; e



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



d) Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.11.9 A Proponente com menos de um ano de existência, deverá apresentar balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, juntamente com suas demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um ($>$ ou $=$ 1), conforme fórmula abaixo:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.10 A demonstração referida deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e por contador registrado no conselho regional de contabilidade – CRC.

9.11.11 Os licitantes deverão apresentar a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial, expedida pela distribuidora da sede executiva do domicílio da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida até 90 (noventa) dias antes da sessão de abertura da licitação, sob pena de inabilitação.

9.12 A CAPACIDADE TÉCNICA será comprovada pelos seguintes documentos:

9.12.1 Os licitantes deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica.

9.12.2 O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, com reconhecimento de firma em Cartório Competente ou servidor da própria comissão de licitação com no mínimo de 02 (dois) de antecedência ao certame, comprovando o fornecimento de bens compatíveis ao objeto deste Edital e seus anexos.

9.12.3 O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazo e quantidade com o objeto da licitação.

9.12.3.1 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) comprovar a boa e regular execução de objeto compatível com o previsto no Edital e seus anexos, demonstrando que a empresa já realizou fornecimentos de produtos em condições análogas às do Município contratante, considerando, inclusive, a similaridade logística de acesso por meio fluvial, bem como a compatibilidade de quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

9.12.4 Habilitação Técnica e Operacional

9.12.4.1 Declaração de Responsabilidade Socioambiental, quando exigido pelo edital.

9.12.4.2 Comprovação de Registro da Empresa no CREA competente (Registro de Pessoa Jurídica – PJ/CREA), válido e compatível com o objeto licitado.

9.12.4.3 Comprovação de Estrutura Operacional Mínima, por meio de vistoria prévia ou declaração formal da empresa

9.13 Exigências Específicas para Serviços Envolvendo Risco Elétrico

- a) Declaração de que toda a equipe alocada para a execução do objeto possui capacitação conforme NR-10, com comprovação, e NR-35 para atividades em altura.
- b) Comprovação da disponibilidade de EPIs e Equipamentos de Segurança, compatíveis com as normas de segurança do trabalho aplicáveis ao serviço elétrico.
- c) Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente às atividades de operação, manutenção e serviços elétricos desenvolvidos.
- d) Programa de Prevenção de Riscos (PPR), PPRA ou documento equivalente, quando solicitado pela Administração.
- e) Declaração de Vistoria Técnica, por se tratar de serviços contínuos e que necessitam de análise prévia.

9.14.1 No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão.

9.14.2 A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro (a).

9.15 Serão exigidos, ainda, como comprovação da Habilitação:

9.15.1 DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo em anexo.

9.15.2 Declaração do próprio licitante de que não existem fatos que impeçam a participação no processo licitatório até a data de abertura do envelope de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, podendo ser utilizado o modelo do Anexo.



9.15.3 Declaração do próprio licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, conforme modelo anexo.

9.15.4 Declaração do próprio licitante de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.

9.15.5 DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Impeditivo à habilitação, conforme (MODELO ANEXO).

9.15.5.1 DECLARAÇÃO de que não participa do certame em consórcio, nem em conjunto com empresas controladoras, coligadas ou controladas, nos termos do art. inciso V da lei 14.133/2021.

9.15.5.2 DECLARAÇÃO de que não se encontra suspenso, inidôneo ou impedido de licitar/contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14 inciso V da lei 14.133/2021.

9.15.6 DECLARAÇÃO de que os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com servidores efetivos investidos de cargos de direção, chefia e assessoramento, ou exerçam função gratificada e ainda que façam parte do departamento de compras, licitações e contratos, seja pregoeiro e ou membro da equipe de apoio, e da Comissão Municipal de Contratações Públicas do Poder Executivo ou que exerçam função de fiscalização e gestão de contratos oriundo do presente processo licitatório, agentes políticos, prefeito, vice-prefeito e ocupantes de cargos em comissão da prefeitura municipal de Santa Isabel do Rio Negro, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas neste.

9.15.7 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.15.8 Declaração de que dispõe de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preço com total conhecimento do objeto da licitação, das condições de habilitação e cumprimento das obrigações contidas no Edital e seus anexos.

9.15.9 Declaração de que os compromissos assumidos com a Administração Pública e/ou particular não comprometem a execução do objeto licitado.

9.15.10 Declaração que pratica mitigação nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

9.15.11 Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.15.12 Declaração do licitante de que seu(s) (as) sócio(s) não possui (em) decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pelos crimes previstos nos artigos 29 e 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ficando a Certidão Negativa Criminal a ser apresentada em momento contratual.

9.15 Alvará de Funcionamento do ano corrente;

9.16. Durante a fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) verificará, como condição para análise da documentação, a existência de eventual sanção impeditiva de participação ou futura contratação, mediante consulta aos cadastros oficiais:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

c) Portal da Transparência do Governo Federal, quando se tratar de ME/EPP, para verificar o limite legal de receita bruta.

Constatada a existência de impedimento ou extrapolção do limite, a licitante será declarada inabilitada, nos termos da legislação aplicável.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, devendo estar previamente autenticados por cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação.

10.2. A prova de autenticidade de cópia de documento poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação do original, até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento e abertura dos envelopes, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. É de inteira responsabilidade do licitante a conferência da autenticação efetuada pelo servidor da Administração.

10.4. Os documentos/certidões extraídos da internet devem ser apresentados em original ou cópia, sujeitando-se à verificação de sua autenticidade e validade no momento da sessão.

10.5. Caso o licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de filial, deverá apresentar, nos envelopes de proposta de preços, o CNPJ desse estabelecimento, observando que a habilitação será feita em relação ao estabelecimento indicado, exceto certidões que só podem ser emitidas em nome da matriz.



10.6. A Comissão considerará o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o período de validade, exceto aquelas expedidas pelas respectivas Juntas Comerciais.

10.7. Não será habilitado o licitante que:

- a) apresentar documentação de habilitação incompleta, incorreta ou em desacordo com o Edital e seus Anexos;
- b) apresentar documentação com rasuras;
- c) tiver sido multado por inadimplência e não comprovar o pagamento da multa;
- d) estiver elencado em pelo menos uma das situações previstas no item 10.4.

10.8. Caso o licitante vencedor tenha sede fora do Município de Santa Isabel do Rio Negro /AM, deverá indicar um procurador ou representante com domicílio neste Município para representá-lo.

10.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa constante na ata da sessão pública e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS

11.1. Primeira Fase: Abertura da Sessão

- a) Conforme exigência legal, a sessão será gravada em áudio e vídeo e ficará não arquivos de youtube do município;
- b) A sessão ficará disponível na rede mundial de computadores e os arquivos serão mantidos em repositório eletrônico do Município, disponibilizado no site oficial e no Portal de Transparência.
- c) Na data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, seguida do recebimento dos credenciamentos, da declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação, das demais declarações previstas nos subitens do item 5 e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação.

11.2. Segunda Fase: Formulação e Julgamento dos Lances Verbais

- a) Finda a fase de credenciamento, o(a) Pregoeiro(a) passará à abertura dos envelopes de propostas de preços, verificando a conformidade com as exigências do Edital e classificando o(s) licitante(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s) global.
- b) Apenas os licitantes que apresentarem proposta em conformidade com o Edital poderão ofertar lances.
- c) Iniciada a abertura do primeiro envelope com Proposta de Preços, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes.
- d) Os lances serão ofertados pelo menor preço por item.
- e) O modo de disputa será aberto/fechado, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.
- f) A abertura e fechamento da fase de lances será feita pelo(a) Pregoeiro(a).
- g) O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo licitante da proposta de maior preço, seguindo em ordem decrescente de valor.
- h) Somente os representantes previamente credenciados poderão formular lances.
- i) Os lances deverão ser inferiores aos últimos valores ofertados e registrados.
- j) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e sucessivos, sendo válido apenas o primeiro registrado.
- k) Os licitantes serão informados do recebimento dos valores consignados.
- l) O(a) Pregoeiro(a) poderá excluir valores manifestadamente inexequíveis e/ou prejudiciais à condução do certame.
- m) Será oportunizada a apresentação de lances verbais até que não haja novos valores inferiores.
- n) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- o) Não será admitida desistência dos valores ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- p) A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado(a), implicará exclusão apenas da etapa de lances verbais.

11.3. Critérios de Desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

- a) Disputa final, com nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com uso de registros cadastrais;
- c) Desenvolvimento de ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- d) Desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações de órgãos de controle.



11.4. Preferências Sucessivas, Persistindo o Empate

- a) Empresas estabelecidas no Estado do Amazonas;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem práticas de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

11.5. Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

11.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances e demais informações relativas à sessão constarão em ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas em lei.

12. DA PROPOSTA READEQUADA

12.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar, no certame ou junto à Comissão de Licitação, a Proposta Readequada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, no endereço da sede ou através do e-mail licitacao@santaisabeldorionegro.am.gov.br, podendo, neste caso, ser assinada eletronicamente, contendo a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) licitado(s) e o(s) preço(s) final(is) ofertado(s) na sessão pública.

12.2. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada do licitante, apresentada antes do seu término.

12.3. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados poderão ser devolvidos aos seus representantes, mediante solicitação formal em momento oportuno.

12.4. Na hipótese de não serem devolvidos, os referidos envelopes ficarão retidos com o(a) Pregoeiro(a), na sede da Comissão Geral de Licitação do Município de Santa Isabel do Rio Negro, até ulterior deliberação e efetivo cumprimento da obrigação pelo(s) licitante(s) adjudicatário(s).

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, visando à obtenção de melhor preço.

13.2. Não havendo negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do valor ofertado, decidindo motivadamente a respeito, desde que o valor esteja de acordo com o preço estimado pela Administração.

13.3. Na hipótese de a proposta do(a) primeiro(a) colocado(a) permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.4. A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicial, quando o(a) primeiro(a) colocado(a), mesmo após a negociação, for desclassificado(a) em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Havendo apenas 1 (uma) oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda integralmente às condições do Edital, tenha preço compatível com o estimado pela Administração e esteja de acordo com a realidade de mercado.

13.6. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação da proposta.

13.7. DO BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

13.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) e houver proposta de ME/EPP até 5% superior à melhor oferta, aplicar-se-á o seguinte:

- a) A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela da primeira colocada.
- b) Caso atenda às exigências habilitatórias, o objeto será adjudicado em seu favor.
- c) Não sendo vencedora a primeira ME/EPP classificada, serão convocadas as demais ME/EPPs, pela ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.
- d) Havendo equivalência de valores entre ME/EPPs, será realizado sorteio para definir qual terá prioridade na apresentação da oferta.

13.7.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará os documentos que comprovem o enquadramento como ME/EPP para aplicação do tratamento diferenciado.

13.7.3. Na hipótese de não contratação nos termos acima, o objeto será adjudicado à proposta originariamente vencedora.



13.8. OUTRAS REGRAS DE NEGOCIAÇÃO

13.8.1. Quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o representante do proponente, buscando a obtenção de melhor preço.

13.8.2. O licitante vencedor que não apresentar lances não estará obrigado a reduzir seu valor, desde que este esteja dentro do valor orçado pela Administração.

13.8.3. Quando houver apenas uma proposta escrita com valor superior ao orçado pela Administração, o(a) Pregoeiro(a), antes de desclassificar, deverá indagar se há possibilidade de reduzir o valor (unitário ou global). Persistindo valores acima do orçado após 3 (três) rodadas, o(a) Pregoeiro(a) poderá informar o valor estimado e verificar se o licitante tem interesse em igualar. Se houver aceitação, o objeto será adjudicado; caso contrário, a licitação será declarada fracassada.

13.8.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às condições e exigências do Edital;
- b) apresentarem preços inexequíveis;
- c) apresentarem preços excessivos em relação ao estimado pela Administração.

13.8.5. Serão considerados inexequíveis os preços comprovadamente insuficientes para cobrir os custos.

13.8.6. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências (art. 59, III e IV, da Lei nº 14.133/2021) para comprovação da viabilidade da proposta.

13.8.7. Serão considerados excessivos os preços superiores ao valor global estimado pela Administração, conforme mapa comparativo de preços constante nos autos.

13.9. DISPOSIÇÕES FINAIS DA NEGOCIAÇÃO

13.9.1. A simples participação no certame implica:

- a) Pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital e Anexos, bem como a obrigação de cumpri-los integralmente, por conta e risco do licitante, sem possibilidade de alegar erro de cálculo posterior;
- b) Dever da licitante vencedora de, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do encerramento da sessão, apresentar a Proposta de Preços readequada ao valor do lance vencedor;
- c) Compromisso de executar ou fornecer o objeto licitado em total conformidade com as especificações do Edital e Anexos.

13.9.2. O descumprimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo da proposta não implicará afastamento da licitação ou nulidade do processo, conforme art. 12, III, da Lei nº 14.133/2021.

14. TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

14.1. Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s) de preços ou lances verbais, verificando sua habilitação ou inabilitação.

14.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor do item, sendo-lhe adjudicado o objeto, caso não haja interposição de recursos.

14.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, devendo a mesma, na data da licitação, apresentar toda a documentação exigida, ainda que com restrições, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da LC nº 147/2014.

14.4. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, termo de contrato ou retirada da autorização de compra, ou ainda revogar a licitação.

14.5. Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente aos requisitos do Edital.

15. DA RETIRADA DA SESSÃO

15.1. Qualquer licitante, por meio do seu representante legal presente, poderá solicitar a retirada da sessão, mediante o preenchimento obrigatório da declaração de retirada da sessão perante o(a) Pregoeiro(a).

15.2. Caso não assine ou não queira assinar a declaração, ela será preenchida pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio e assinada/identificada por até três testemunhas, preferencialmente licitantes presentes na sessão.

15.3. O licitante que se retirar da sessão pública, perderá automaticamente seu direito a ofertar lances, bem como a apresentação de recursos, prevalecendo sua proposta impressa como o seu melhor lance.



16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

- 16.1. O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão por MENOR LANCE POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 16.2. A licitação será subdividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 16.3. Será declarado vencedor o licitante que ofertar menor lance para cada item e for declarado habilitado neste procedimento, satisfazendo os termos deste Edital e de seus Anexos.
- 16.4. Os preços ofertados serão considerados pelo valor expresso em moeda corrente nacional.
- 16.5. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.
- 16.6. No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas escritas, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.
- 16.7. A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.
- 16.8. Ocorrendo a suspensão da sessão, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Equipe de Apoio e do(a) Pregoeiro(a) todos os envelopes, devidamente rubricados e vistos pelos membros da Equipe, Pregoeiro(a) e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que serão oficiadas às mesmas a data para prosseguimento do certame.
- 16.9. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.
- 16.10. Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta de preços que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e em seus Anexos.
- 16.11. No julgamento dos documentos de habilitação, observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo inabilitadas as empresas que não atenderem tais previsões, bem como apresentarem documentação fora do prazo de validade.
- 16.12. Após o encerramento da sessão, todos os envelopes contendo as documentações ficarão em poder do(a) Pregoeiro(a) e da equipe de apoio e só serão devolvidos após a publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico dos Municípios, ou instrumento que o substitua.

17. DOS RECURSOS

- 17.1. Os recursos somente serão recebidos após a Habilitação, quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que qualquer licitante, caso haja interesse, deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer.
- 17.2. A partir da manifestação de intenção, será concedido ao licitante recorrente prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 17.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e consequente adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 17.4. Para efeito de interposição recursal e das contrarrazões, o limite máximo estabelecido será até às 13:00 horas do dia do vencimento do respectivo prazo, no Protocolo Geral da Comissão Permanente de Licitação, ou entregue através de e-mail, no seguinte endereço: licitacao@santaisabeldorionegro.am.gov.br.
- 17.5. O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a).
- 17.6. Decorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para se manifestar.
- 17.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar ou manter sua decisão.
- 17.8. Em todo caso, será necessária a manifestação da Assessoria Jurídica acerca das razões recursais, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão.
- 17.9. Após a manifestação do(a) Pregoeiro(a), o processo será remetido à autoridade superior do órgão a fim de ratificar ou não a decisão.
- 17.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.



17.12. Quando não interpuser as razões recursais dentro do prazo previsto, mesmo tendo o licitante manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão, será considerado precluso o direito ao recurso.
17.13. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata Circunstanciada, assinada pelos representantes presentes, pelo(a) Pregoeiro(a), pela sua Equipe de Apoio e técnico(s) presentes.

18. DA ADJUDICAÇÃO

18.1. O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e em seus Anexos, for declarado vencedor para o objeto licitado de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), da documentação e dos recursos.

18.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias contados da sessão de abertura, e caso persista o interesse da Administração, esta deverá oficializar ao licitante vencedor acerca do interesse em prorrogar a validade da proposta por igual período.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

19.1. Após a homologação do resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará os vencedores para assinatura da Ata de Registro de Preço, que tem efeito de compromisso futuro de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

19.2. O Órgão Gerenciador publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preço, com a indicação do número da licitação em referência, itens, quantitativo e valores unitários e globais.

19.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preço e, eventualmente, o Contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, em caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

19.4. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preço ou Contrato, recusar-se a assiná-los ou retirar a autorização de compra no prazo e condições estabelecidas, ou ainda quando a Administração rescindir o contrato por inadimplência.

19.5. A existência de Registro de Preço não obriga a Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro a firmar contratações que dele possam advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.6. A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e desde que comprovada a vantagem.

19.7. Os órgãos e entidades não participantes que desejarem fazer uso da Ata deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador, encaminhando o Termo de Adesão, com indicação da quantidade solicitada.

19.8. O deferimento de adesão dependerá da anuência do fornecedor.

19.9. A aceitação pelo fornecedor estará condicionada a não gerar prejuízos aos compromissos assumidos na Ata.

19.10. As condições do registro deverão ser mantidas, salvo renegociações promovidas pelo Órgão Gerenciador.

19.11. O Órgão Gerenciador não responde pelos atos de unidade não participante.

19.12. As aquisições adicionais de órgãos não participantes não poderão exceder 50% dos quantitativos registrados.

19.13. O mesmo limite poderá ser aplicado para pedidos de órgãos participantes que ultrapassem os quantitativos registrados.

19.14. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

19.15. A prorrogação excepcional da vigência dependerá de justificativa e comprovação de vantajosidade, mediante cotações anexadas ao processo.

19.16. A Ata vigorará até o consumo de todo o quantitativo registrado ou até o prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

19.17. A Ata poderá sofrer alterações, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

19.18. O preço registrado poderá ser revisto em caso de redução de mercado ou de elevação de custos, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações necessárias.

19.19. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá negociar sua redução; frustrada a negociação, convocar os licitantes remanescentes ou revogar a Ata.

19.20. Quando o preço de mercado for inferior ao registrado e o fornecedor não puder cumpri-lo, o Órgão Gerenciador poderá negociar, liberar o fornecedor sem penalidade ou convocar os remanescentes, podendo, em último caso, revogar o item, lote ou toda a Ata.



19.21. Os preços registrados poderão ser atualizados nas hipóteses legais, devendo eventual alteração ser publicada oficialmente.

19.22. O preço registrado poderá ser cancelado quando:

- a) o beneficiário descumprir as exigências do Edital ou da Ata;
- b) houver inexecução total ou parcial do compromisso;
- c) não retirar a autorização de compra no prazo estabelecido;
- d) os preços se tornarem incompatíveis com o mercado e não forem ajustados;
- e) houver interesse público devidamente justificado;
- f) houver pedido do beneficiário em razão de caso fortuito ou força maior comprovados.

19.23. O cancelamento deverá ser comunicado:

- a) aos órgãos participantes e não participantes, via publicação oficial;
- b) aos beneficiários da Ata, por correspondência com AR.

19.24. Se, por motivo de força maior, a assinatura da Ata não ocorrer dentro do período de validade da proposta (90 dias da abertura), os licitantes ficam liberados do compromisso.

19.25. Caso persista o interesse da Administração, esta deverá oficiar ao licitante vencedor sobre o interesse em prorrogar a validade da proposta por igual período.

19.26. DO CONTRATO, SE HOUVER

- a) Poderá ser substituído por carta-contrato, nota de empenho ou autorização de compra.
- b) Após a assinatura da Ata, o Órgão Gerenciador providenciará a indicação dos fornecedores, conforme Decreto Federal nº 11.462/2023.
- c) O licitante deverá se fazer representar por profissional habilitado e autorizado a firmar o contrato.
- d) A assinatura poderá ocorrer presencialmente ou por meio eletrônico.
- e) O responsável pela assinatura deverá ser indicado na proposta de preços.
- f) Não serão admitidas ressalvas ou protestos a tópicos contratuais em conformidade com a minuta.
- g) O contrato deverá ser assinado no prazo de até 10 (dez) dias corridos da convocação, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.
- h) A Administração poderá convocar remanescentes ou revogar a licitação caso o vencedor não assine o contrato.
- i) Não poderão contratar com o Município de Santa Isabel do Rio Negro /AM:
Pessoas jurídicas inadimplentes com o Município;
Pessoas jurídicas com sócios que sejam servidores municipais em funções de gerência, administração ou que possuam mais de 30% das cotas do capital social.

20. DA GARANTIA

20.1. A Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro deixa de exigir dos licitantes vencedores a prestação de garantia, fundamentando sua decisão no caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO

21.1. O objeto da presente licitação será recebido nos termos do art. 140 e seus incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme o Termo de Referência, observando a sua conformidade com as previsões deste instrumento convocatório.

21.2. A solicitação para o fornecimento dos itens descritos, respeitados os quantitativos máximos registrados em ata, será feita de acordo com a necessidade da Administração Pública, por meio de emissão de autorização de compra. Após seu recebimento, o contratado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para a entrega dos materiais, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, sob pena de aplicação de penalidades, rescisão contratual e cancelamento do Registro de Preço.

21.3. O recebimento será realizado na sede da Prefeitura, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, salvo se o Contratante exigir previamente a entrega em outro local.

21.4. Eventual prorrogação do prazo, por motivo relevante, deverá ser justificada pelo licitante vencedor, mediante requerimento, para apreciação e anuência da Administração.

21.5. Caso a especificação do objeto não seja compatível com a constante deste Edital, a Administração Municipal fixará prazo para substituição ou reparação das inconformidades.

21.6. Se o licitante apresentar novamente objeto em desconformidade com as especificações previstas no Termo de Referência, o fato será considerado como inexecução total, ensejando rescisão da contratação e aplicação das penalidades cabíveis.

21.7. Na hipótese anterior, é facultado à Administração convocar o licitante classificado em segundo lugar para fornecer o objeto pelo preço ofertado ou pelo valor negociado, após análise e habilitação.



21.8. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis até o limite de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será realizado de acordo com as normas da Administração Pública, constatado o efetivo fornecimento e na forma da lei, devendo ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

22.2. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

22.3. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

22.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva das compras efetuadas, total ou parcialmente.

22.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem acarretar qualquer ônus para a Contratante.

22.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior às demandadas.

22.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

22.8. A Contratada optante pelo Simples Nacional, instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, em relação às receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração prevista no art. 6º da IN RFB nº 1.234/2012.

22.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da Contratada, ou por outro meio previsto em lei.

22.10. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

22.11. A Contratante não se responsabilizará por quaisquer despesas efetuadas pela Contratada que não tenham sido acordadas no contrato.

22.12. Nos casos de atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, conforme fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

EM = encargos moratórios;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438;

TX = taxa de juros de mora anual (6%);

N = número de dias de atraso;

VP = valor da parcela em atraso.

22.13. Em cumprimento ao Parecer nº 004/2010 – Pleno TCE/AM, o Fornecedor deverá comprovar, no pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo contribuições previdenciárias;

II – Certificado de Regularidade do FGTS;

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

IV – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

22.14. Os documentos deverão ser atestados pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Departamento de Controle Interno do Município.

23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento do Contrato.



24. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

24.1. Compete ao Prefeito de Santa Isabel do Rio Negro /AM revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade decorrente de ato praticado no âmbito da Comissão, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem prejuízo da possibilidade de novo exame pela autoridade competente para homologar a licitação.

24.2. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

25.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá:

25.1.1. Dar tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, nunca superior a 5 (cinco) minutos a partir da hora marcada de início da sessão, sendo as demais licitantes retardatárias limitadas apenas à participação como ouvintes, visando a maior competitividade.

25.1.2. Considerar iniciada a sessão com os licitantes presentes, sem prejuízo da tolerância acima.

25.1.3. Encerrar a tolerância após o término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 5 (cinco) minutos, o que ocorrer primeiro.

25.1.4. Considerar erro formal a identificação incompleta ou incorreta dos envelopes de documentação e de proposta de preços, ou inversão dos conteúdos, desde que não comprometa a clareza, a análise e a validade da proposta.

25.1.5. Desconsiderar item(s) que, por qualquer motivo, inclusive por pedido da Administração Municipal, tiver(em) que ser retirado(s), mantendo a licitação em relação aos demais.

25.1.6. Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de juntada de novos documentos, tanto na fase de análise das propostas quanto na de habilitação.

25.1.7. Solicitar ao representante legal do licitante a complementação de informações como telefone, fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas ou dados do representante legal, quando ausentes na proposta.

25.1.8. Corrigir automaticamente erros de soma e/ou multiplicação na proposta de preços, bem como inserir dados como CNPJ e/ou endereço completo do licitante a partir de documentos apresentados no envelope.

25.1.9. Considerar, na ausência de indicação do prazo de entrega/execução, o prazo estabelecido neste Edital.

25.1.10. Fixar o tempo máximo para lances verbais e avisar os licitantes quando decidir pela última rodada, que poderá ocorrer antes do esgotamento do tempo estipulado.

25.1.11. Estabelecer intervalo mínimo de diferença entre lances de R\$ 0,20 (vinte centavos).

25.1.12. Monitorar os preços durante a fase de lances verbais, desclassificando propostas inexequíveis ou excessivas, ou ainda negociar diretamente com os licitantes.

25.1.13. Prosseguir a fase de lances verbais para definição do segundo colocado, aplicando os mesmos critérios da definição do primeiro.

25.1.14. Solicitar, em qualquer fase da licitação, parecer técnico e/ou jurídico sobre a regularidade da documentação ou consultar especialistas externos, quando necessário, para subsidiar suas decisões.

25.1.15. Suspender a reunião quando oportuno, comunicando os licitantes presentes na sessão ou notificando-os futuramente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre a nova data.

25.1.16. Solicitar ao(s) vencedor(es) comprovação da exequibilidade do objeto, mediante documentação que demonstre a viabilidade do fornecimento ou execução.

25.1.17. Encaminhar cópias dos documentos e relatório específico à Administração Municipal, para apuração dos fatos e aplicação das medidas cabíveis.

25.1.18. Atuar dentro das demais atribuições previstas na legislação vigente.

25.1.19. Praticar todos os atos inerentes ao certame, previstos nos dispositivos legais aplicáveis.

25.1.20. Registrar todas as ocorrências e decisões na ata circunstanciada.

25.1.21. Havendo inabilitação da primeira colocada após a fase de lances, poderá retornar à referida fase a partir da segunda colocada, vinculando-se aos valores já ofertados entre o primeiro e o segundo licitante classificados, observando as regras de lances previstas neste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Contratante, as sanções administrativas em relação à Contratada, garantida a prévia defesa, serão:

a) advertência por escrito;



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso ou por ocorrência, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente;

c) impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro /AM, por prazo não superior a 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.2. A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais cominações editalícias e legais.

26.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia (caso tenha sido exigida), além da perda desta, a empresa penalizada responderá pela diferença.

26.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

26.5. No caso das alíneas "a" a "c", ficará garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação; e no caso da alínea "d", no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

26.6. A declaração de inidoneidade será de competência exclusiva do Prefeito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.7. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" poderão ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos:

a) tenham sofrido condenação definitiva por fraude fiscal;

b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

26.8. Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro pelo prazo de até 3 (três) anos, o licitante que:

a) deixar de entregar documentação exigida;

b) apresentar documentação falsa;

c) praticar atos ilícitos para frustrar a licitação, como credenciamento viciado, retirada do representante antes da fase de lances ou conluio;

d) interpor recurso manifestamente protelatório;

e) convocado, recusar ou não celebrar o contrato, ou não apresentar situação regular;

f) ensejar retardamento na execução do certame;

g) não manter a proposta, injustificadamente;

h) falhar ou fraudar na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo;

j) fizer declaração falsa;

k) cometer fraude fiscal.

26.9. As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores ou, em caso de impossibilidade, publicadas no Diário Eletrônico dos Municípios, juntamente com o descredenciamento do licitante.

26.10. A desistência de qualquer licitante após a abertura das propostas e antes da homologação sujeitará o mesmo à multa de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, salvo motivo justo aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

26.11. O licitante vencedor que, após a adjudicação, recusar-se a assinar o contrato, salvo motivo justo aceito pelo Ordenador de Despesas, também estará sujeito à multa de 10% (dez por cento).

26.12. O valor mínimo da multa por desistência será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dependendo da fase em que se encontre o certame.

26.13. A multa deverá ser recolhida em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação oficial.

26.14. Do ato que aplicar a sanção caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exceto na alínea "d", cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis.

26.15. Caso o licitante não recolha a multa no prazo, será inscrita na Dívida Ativa do Município.

26.16. Se algum ato do licitante se enquadrar nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, os autos do certame serão encaminhados ao Ministério Público para as devidas providências.

27. DAS CONDIÇÕES GERAIS

27.1. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade dos documentos e propostas de preços apresentados durante a sessão de abertura, bem como pelas informações prestadas em qualquer época ou fase da licitação.



27.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificativa.

27.3. No caso previsto no item anterior, nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

27.4. Fica expressamente estipulado que não se estabelece, por força da execução do objeto deste certame, qualquer relação de emprego entre a Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro e os empregados da Contratada.

27.5. O licitante poderá solicitar esclarecimentos sobre este Edital, por escrito, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da sessão de abertura.

27.6. Para efeito de ingresso com pedidos de esclarecimento ou impugnação, o limite máximo estabelecido será até às 13h00 do dia do vencimento do respectivo prazo, na sala de atendimento da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

27.7. O Edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as atas circunstanciadas farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente que vier a substituí-lo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.8. O Edital está disponibilizado para leitura e/ou obtenção no endereço indicado no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 12h00, mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

27.9. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) Termo de Referência (Anexo I);
- b) Estudo Técnico Preliminar (Anexo II)
- c) Proposta de Preços (Anexo III);
- d) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos da Habilitação (Anexo IV);
- e) Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo V);
- f) Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho (Anexo VI);
- g) Declaração de Recebimento do Edital e documentos (Anexo VII);
- h) Declaração de Veracidade (Anexo VIII);
- i) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Anexo IX);
- j) Declaração de Proposta Independente (Anexo X);
- k) Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo XI);
- l) Minuta do Contrato (Anexo XII);
- m) Termo de Credenciamento (Anexo XIII);
- n) Declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros da empresa (Anexo XIV);
- o) Declaração de Liberação Ambiental (emitida pelo Município). (Anexo XV)

28. DO FORO

28.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro deste Município, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29. JUSTIFICATIVA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

29.1. Justifica-se a necessidade de realizar pregão presencial, em face da existência de particularidades singulares no tocante ao apoio logístico no Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, quais sejam: a localidade cujo acesso é dificultoso, o reconhecimento in loco racionalizará e favorecerá o planejamento logístico, e o seu acesso é altamente importante para o representante ou procurador da licitante, já que irá reconhecer e deter um profundo conhecimento da distância do município e dos custos envolvidos, o que descomplicará os cálculos das propostas, deixando claro, in loco, com sua confirmação.

29.2. Outrossim, o objeto da modalidade de pregão ora justificada é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como a execução de serviços sob demanda de instalação, desinstalação e remanejamento de aparelhos do tipo split, contemplando o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, peças e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, de forma a atender às demandas da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM, uma vez que o intuito da modalidade de pregão na forma presencial é, de fato, consolidar o postulado da celeridade ao processo licitatório e não apenas mero cumprimento da burocratização normativa. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa à contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas, como está disposto nos autos.



29.3. Nessa esteira, a presença física dos autores na sessão pública, com o pregoeiro, equipe de apoio e licitante, é fundamental para que os concorrentes demonstrem conhecimento aprofundado sobre o objeto licitatório.

29.4. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que a presente fase de lances verbais configura o Pregão Presencial como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei nº 14.133/2021.

29.5. Também devemos considerar que tecnicamente os servidores públicos têm experiência inquestionável na modalidade presencial, o que torna o processo administrativo mais célere e seguro para a contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

29.6. Destaca-se ainda o impacto positivo do Pregão Presencial na economia local, ao facilitar a participação de empresas da região, impulsionando o desenvolvimento e a geração de emprego e renda sem prejudicar a competitividade do certame, pois há um número significativo de empresas no Estado do Amazonas aptas a apresentar propostas vantajosas e seguras para a Administração Pública. Apesar da licitação presencial gerar divulgação ampla das oportunidades, o Município pode fomentar a participação das empresas locais, contribuindo para o crescimento econômico local e a promoção de um ambiente de negócios mais justo e competitivo.

29.7. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial, nesta contratação, é a que melhor se adequa aos processos municipais e, da mesma forma, ao objeto do certame. Reafirmamos que a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência. O Professor José dos Santos Carvalho, em sua obra Manual de Direito Administrativo (2006, p. 40), descreve quanto ao Poder Discricionário que a legislação não consegue determinar todos os comportamentos do agente administrativo, devendo sempre o agente *“avaliar a conveniência e a oportunidade dos atos que vai praticar na qualidade de administrador dos interesses coletivos”*. O autor conclui: *“Nessa prerrogativa de valoração é que se situa o poder discricionário. Poder discricionário, portanto, é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público”*.

29.8. Ressalta o autor que os elementos centrais na condução da decisão do gestor são a conveniência e a oportunidade, ressaltando que a decisão sempre deve estar pautada no princípio da legalidade.

29.9. Conveniente ainda mencionar que alguns aspectos operacionais determinam a realização do pregão presencial como mais adequado:

29.10. Conforme já dito, há no município, na região e em todo o estado um número significativo de fornecedores que têm condições de ofertar o melhor preço nesta licitação (ressaltem-se apenas os custos de transporte, que serão menores com fornecedores locais ou regionais), não havendo de se questionar a amplitude do certame (único aspecto que poderia adequar o pregão eletrônico como sendo mais apropriado).

29.11. Os servidores municipais terão maior controle sobre o processo de forma presencial, pois a negociação direta com os possíveis fornecedores é uma prática cultural da região e, por conseguinte, os responsáveis terão a sensibilidade de exigir maiores descontos, ajustes e até mesmo maior flexibilidade nos acordos de precificação, reconhecendo nos fornecedores a prática da negociação assertiva.

29.12. Reafirmamos a grande dificuldade logística com as entregas e as dificuldades financeiras em manter grandes estoques físicos de materiais no almoxarifado do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM; assim, há necessidade de que os prazos de entrega sejam menores. Fornecedores da região ou do estado têm condições mais adequadas de se programarem ao objeto que está sendo licitado.

29.13. Com todo o esforço que o Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM tem feito na sua rede de infraestrutura de conectividade, ainda há dificuldade de manutenção da rede mundial de comunicação com capacidade adequada para que se promova um certame sem interrupções. Tal instabilidade gera risco de que fornecedores com bom potencial de preços fiquem prejudicados. Por mais que o Município promova melhorias em sua rede física, muitos fornecedores da região e do estado do Amazonas ainda têm conectividade mínima



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



inadequada para participar do certame eletrônico. Assim, não processar o procedimento presencial impediria a participação desses potenciais fornecedores.

29.14. Há uma garantia de maior segurança jurídica do procedimento administrativo, pois estamos praticando uma metodologia em que há plena garantia de que os servidores públicos municipais tenham o controle do certame e, consequentemente, menores riscos de impugnações e recursos, resultando em mais agilidade na contratação.

Santa Isabel do Rio Negro/AM, 26 de fevereiro de 2026

NILSON FONTES RODRIGUES
Presidente da Licitação



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA- SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA nº06/2025

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de Julgamento: Menor por item

Regime de Execução: Menor Preço Unitário

Caráter: Sigiloso (art. 23, §3º, Lei nº 14.133/2021)

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Município: Santa Isabel do Rio Negro/AM

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços contínuos de manutenção, modernização e expansão do sistema de iluminação pública do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, abrangendo áreas urbanas, rurais e ribeirinhas, com o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à plena execução dos serviços.

Os serviços deverão observar os padrões técnicos definidos pela ABNT NBR 5101/2018 (Iluminação Pública – Procedimentos), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e demais normas técnicas e legais aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Termo de Referência está fundamentado nos seguintes dispositivos:

- ✓ **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os arts. 6º, 18, 23, 40, 72, 107 e 117;
- ✓ **Decreto Federal nº 10.947/2022**, que regulamenta o planejamento das contratações públicas;
- ✓ **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, que disciplina a elaboração do ETP e da pesquisa de preços;
- ✓ **Normas Técnicas ABNT NBR 5101/2018 e NR-10**, além das demais aplicáveis aos serviços elétricos e luminotécnicos.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, eficiência e segurança operacional do sistema de iluminação pública municipal, que atualmente apresenta pontos apagados, falhas recorrentes e equipamentos tecnologicamente defasados, comprometendo a qualidade do serviço prestado à população.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

A falta de manutenção preventiva e corretiva adequada acarreta prejuízos diretos à segurança viária e pública, à mobilidade urbana e ao bem-estar coletivo, afetando a percepção de segurança e o uso noturno dos espaços públicos.

Com esta iniciativa, o Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM busca modernizar o parque de iluminação pública por meio da adoção de tecnologias LED, promovendo maior eficiência energética, durabilidade dos componentes e redução dos custos operacionais e de consumo de energia elétrica.

A contratação foi planejada com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na Justificativa de Preços, que integram o presente processo administrativo, garantindo coerência com as reais necessidades do Município, aderência ao interesse público e observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

A execução dos serviços compreenderá, entre outros, os seguintes itens técnicos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	Serviço de emenda de conexão nos cabos, com fita isolante inclusa.	SERV	500
2	Serviço de instalação de conjunto completo de luminária pública de LED em braço até 2,9 m. (Compreende a instalação de braço até 2,9 metros, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede).	SERV	350
3	Serviço de instalação de conjunto completo de luminária pública de LED em braço de 3 à 4 m. (Compreende a instalação de braço de 3 à 4 metros, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede).	SERV	200
4	Serviço de INSTALAÇÃO de luminária LED. (Compreende somente a INSTALAÇÃO de luminária LED com relé em infraestrutura existente)	SERV	400
5	Serviço de instalação ou troca de luminária completa (ornamental)	SERV	50
6	Serviço de instalação ou troca de luminária completa (padrão)	SERV	100
7	Serviço de instalação, retirada ou substituição de conectores Cunha ou Piercing (par).	SERV	1.000
8	Serviço de instalação, retirada ou substituição de fiação (em braço comum e/ou especial) desde a luminária até os conectores.	SERV	500
9	Serviço de instalação, retirada ou substituição de lâmpada em luminária comum.	SERV	500



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

10	Serviço de instalação, retirada ou substituição de luminária comum ou integrada.	SERV	184
11	Serviço de instalação, retirada ou substituição de reator externo.	SERV	600
12	Serviço de instalação, retirada ou substituição de reator interno.	SERV	184
13	Serviço de instalação, retirada ou substituição de relé fotoelétrico ou foto eletrônico.	SERV	1.000
14	Serviço de manutenção de chave magnética (instalar, retirar ou substituir)	SERV	40
15	Serviço de manutenção de lâmpada em luminária fechada (instalar, retirar ou substituir)	SERV	375
16	Serviço de manutenção de reator para lâmpada comum o especial. (instalar, retirar ou substituir).	SERV	150
17	Serviço de manutenção de rele fotoelétrico individual (instalar, retirar ou substituir)	SERV	225
18	Serviço de manutenção em conexões (limpeza, reaperto ou substituição)	SERV	300
19	Serviço de RETIRADA de luminária LED. (Compreende somente a RETIRADA de luminária LED com relé em infraestrutura existente)	SERV	600
20	Serviço de substituição de bocal de porcelana E27 ou E40.	SERV	120
21	Serviço de substituição de conjunto completo de luminária pública com lâmpada convencional por conjunto de luminária pública de LED e braço até 2,9 m. (Compreende a retirada de luminária com lâmpada convencional, braço, reator, relé, base para relé, fiação e conexões a rede; instalação de braço até 2,9 m, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede). Substituição completa.	SERV	500
22	Serviço de substituição de conjunto completo de luminária pública com lâmpada convencional por conjunto de luminária pública de LED e braço entre 3 a 4 m. (Compreende a retirada de luminária com lâmpada	SERV	300
23	Serviço de substituição de luminária pública com lâmpada convencional por luminária pública de LED. (Compreende retirada de luminária com lâmpada convencional, reator, base para relé; instalação da luminária tipo LED em braço/poste existente). Mantém braço, fiação e conexão com a rede.	SERV	500
24	Serviço de substituição do braço de iluminação pública até 2,9 m.	SERV	490
25	Serviço para consertos e inspeção de circuito para localizar falha por ponto de iluminação pública (desmontar e consertar luminárias, refletores, conjunto de pétalas, conjunto de globos, etc.).	SERV	200

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Avenida Danilo Correia, nº s/n – bairro Centro - CEP: 69.740-000 | Telefone: (97) 3441-1040
Santa Isabel do Rio Negro - AM





Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Observação: Os quantitativos são **estimativos**, podendo sofrer ajustes conforme a necessidade do Município, sem alteração do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

5. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados em todo o território do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, abrangendo a zona urbana, distritos, comunidades rurais e localidades ribeirinhas, de modo a garantir cobertura integral do sistema de iluminação pública municipal.

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, conforme o disposto no art. 107, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica da área demandante e anuência expressa da autoridade competente, desde que mantidas as condições de vantajosidade e interesse público.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 5101/2018 (Iluminação Pública – Procedimentos), a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão), bem como demais regulamentos e legislações correlatas aplicáveis ao objeto.

A empresa contratada deverá dispor de responsável técnico devidamente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, apresentando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços prestados.

Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento integral da mão de obra, ferramentas, veículos, equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional.

A contratada deverá manter plantão técnico de atendimento emergencial, disponível de forma permanente, a fim de garantir resposta imediata em casos de interrupções imprevistas, panes generalizadas ou situações que representem risco à segurança pública e ao patrimônio municipal.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

7. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A estimativa preliminar dos custos foi elaborada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, tomando como base o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, complementado por cotações de mercado e análise de contratações similares realizadas por órgãos públicos da região, de modo a refletir os preços praticados no mercado local e garantir a fidedignidade da estimativa.

Em observância ao disposto no art. 23, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado global da contratação permanecerá classificado como sigiloso até a fase de julgamento, com o objetivo de preservar a competitividade, a isonomia entre os licitantes e a integridade do certame.

Os valores detalhados e respectivos quantitativos constam da planilha sigilosa de estimativa de preços, integrante deste processo administrativo, elaborada conforme os critérios e metodologias definidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta a pesquisa de preços e a formação da estimativa oficial da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição será mensal, mediante Relatório de Serviços Executados, assinado pelo fiscal do contrato, contendo descrição detalhada dos locais atendidos e serviços realizados.

O pagamento será efetuado conforme as medições aprovadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, acompanhada do atesto da fiscalização.

Em caso de atraso não justificado, aplicar-se-á o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A execução do contrato será acompanhada, supervisionada e fiscalizada por servidor formalmente designado ou por comissão técnica, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que atuará como responsável direto pelo controle da execução e pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

O fiscal ou comissão designada deverá registrar todas as ocorrências relevantes em relatórios mensais, incluindo eventuais não conformidades, medições, verificações de



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

desempenho e conformidade técnica, assegurando a rastreabilidade e transparência da execução.

A fiscalização observará rigorosamente os critérios de qualidade técnica, cumprimento dos prazos contratuais, observância das normas de segurança do trabalho, proteção ambiental e sustentabilidade, bem como o fiel atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar integralmente os serviços contratados em estrita conformidade com as especificações técnicas, normas da ABNT, NR-10, NBR 5410, demais legislações aplicáveis e orientações emitidas pela fiscalização;
- b) Disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e materiais adequados, assegurando que todos os profissionais possuam habilitação técnica e treinamento compatível com as atividades desempenhadas;
- c) Manter atualizadas e vigentes todas as licenças, registros, certidões e seguros obrigatórios, especialmente aqueles relativos à responsabilidade civil, acidentes de trabalho e segurança ocupacional;
- d) Corrigir, refazer ou substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer serviços executados em desconformidade com as normas ou especificações técnicas, no prazo determinado pela fiscalização;
- e) Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, isentando o Município de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- f) Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, as ordens de serviço e as determinações do fiscal do contrato, garantindo o atendimento tempestivo e a continuidade das atividades de manutenção e expansão da iluminação pública.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

- a) Disponibilizar à contratada todas as informações, documentos, áreas e condições necessárias à adequada execução dos serviços, assegurando o acesso aos locais de trabalho e às redes de iluminação pública sob sua responsabilidade;
- b) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução contratual, designando formalmente o gestor e o fiscal do contrato, responsáveis pelo controle técnico, administrativo e operacional da prestação dos serviços;
- c) Promover o atesto das medições mensais com base nos relatórios apresentados pela contratada e validados pela fiscalização, de modo a subsidiar o processamento dos pagamentos de forma transparente e regular;
- d) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos, observando as disposições contratuais, a legislação orçamentária e os princípios da boa gestão fiscal;
- e) Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas em lei e no contrato, em casos de inexecução total ou parcial, atraso injustificado ou descumprimento de obrigações contratuais;
- f) Assegurar o acesso dos órgãos de controle interno e externo – tais como Controladoria, Tribunal de Contas e Ministério Público – a todos os documentos, registros e informações referentes ao processo e à execução contratual, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços executados serão considerados aceitos e atestados pela Administração somente após a comprovação de sua conformidade técnica e funcional com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

A aceitação estará condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Verificação e validação técnica da execução dos serviços, em conformidade com as normas e parâmetros previstos;
- b) Atesto formal do fiscal do contrato ou da comissão designada, mediante conferência dos relatórios de execução e medições correspondentes;
- c) Registro fotográfico, relatório de desempenho e evidências documentais que comprovem a execução integral das atividades contratadas.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Os serviços que apresentarem falhas, vícios, desconformidades técnicas ou desempenho insatisfatório serão rejeitados e deverão ser refeitos ou corrigidos pela contratada, sem ônus adicional à Administração, no prazo fixado pela fiscalização.

13. GESTÃO DE RISCOS

O contrato está acompanhado do Mapa de Gerenciamento de Riscos, que identifica e propõe medidas mitigadoras para riscos técnicos, operacionais, orçamentários, ambientais e de integridade, conforme os parâmetros da IN SEGES/ME nº 65/2021.

14. SUSTENTABILIDADE

A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, eficiência energética e responsabilidade socioambiental, em consonância com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e com as políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável.

Deverão ser priorizadas as seguintes práticas:

- a) Utilização de luminárias e equipamentos de alta eficiência energética (tecnologia LED), que proporcionem maior durabilidade, menor consumo elétrico e redução dos custos de manutenção;
- b) Adoção de medidas que contribuam para a diminuição do consumo de energia e das emissões de gases de efeito estufa (CO₂), promovendo a mitigação de impactos ambientais;
- c) Implementação de sistema de logística reversa para o descarte ambientalmente adequado de lâmpadas, reatores, cabos e demais materiais substituídos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- d) Uso racional de insumos e recursos naturais, priorizando produtos recicláveis, reutilizáveis e de menor impacto ambiental, bem como práticas de prevenção e controle de poluição decorrentes da execução dos serviços.

15. RESULTADOS ESPERADOS



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Com a execução dos serviços, a Administração Municipal espera alcançar resultados concretos que promovam a melhoria da infraestrutura urbana e o fortalecimento da gestão pública de iluminação, destacando-se:

- a) Manutenção contínua, segura e eficiente do sistema de iluminação pública em todas as regiões do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, garantindo luminosidade adequada e uniformidade nos níveis de iluminação;
- b) Redução progressiva dos custos operacionais e do consumo de energia elétrica, em virtude da adoção de tecnologias de alta eficiência e do planejamento preventivo das manutenções;
- c) Elevação da sensação de segurança pública, conforto visual e qualidade de vida da população, especialmente em vias de grande circulação, praças e comunidades ribeirinhas;
- d) Modernização e ampliação do parque de iluminação pública municipal, com a incorporação de luminárias LED de baixo consumo e longa durabilidade, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade ambiental e eficiência energética.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência integra a fase interna da licitação, servindo de documento técnico orientador para elaboração do edital e execução contratual.

Sua elaboração atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e transparência, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

Santa Isabel do Rio Negro/AM, 03 de fevereiro de 2026.

YAN FERNANDES TEIXEIRA
YAN FERNANDES TEIXEIRA
Secretário Municipal de Obras
Decreto Executivo nº 001/2023



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO II – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº06/2025

Contratação de empresa especializada para Realização dos Serviços Elétrico para iluminação Pública.

ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços de manutenção da iluminação pública é essencial para garantir o funcionamento adequado do sistema luminotécnico municipal, promovendo segurança, mobilidade e qualidade de vida à população. A ausência de manutenção adequada acarreta falhas no sistema, aumento do consumo de energia e riscos à segurança pública.

A execução dos serviços preventivos e corretivos assegurará a continuidade da iluminação em vias urbanas e rurais, abrangendo substituição de lâmpadas, reatores, braços metálicos, relés, conexões e demais componentes, conforme normas técnicas da ABNT NBR 5101/2018 (Iluminação Pública) e NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas).

Além disso, a contratação promove o uso de tecnologias mais eficientes, como luminárias LED, reduzindo custos operacionais e impactos ambientais, em alinhamento com as políticas municipais de sustentabilidade e eficiência energética.

2. ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

No momento, a Administração Pública municipal ainda está desenvolvendo o plano de contratações anual, portanto, para esse ano não foi finalizado. Entretanto a contratação está alinhada com os objetivos e metas do órgão. Ainda que não haja um Plano de Contratações alinhadas com os objetivos e metas do órgão a contratação está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação aplicável e no interesse Público, a previsão dos recursos financeiros necessários para a realização desta contratação será incluída no orçamento do órgão ou entidade garantindo a viabilidade financeira da contratação. Assim sendo, após a autorização da autoridade competente e o devido procedimento de Pregão Presencial a ser realizado pela Comissão Permanente de Licitação de forma presencial, será dado prosseguimento na finalização

3. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

Os serviços objeto desta contratação são classificados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no edital, conforme o art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021.

A execução seguirá padrões técnicos de qualidade, sustentabilidade e segurança, conforme as normas **ABNT NBR 5101/2018** e **NR-10**, além de demais legislações correlatas.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação visam assegurar eficiência operacional, segurança técnica e sustentabilidade do sistema de iluminação pública, compreendendo: Execução de serviços preventivos e corretivos, com fornecimento dos insumos necessários à manutenção; Utilização de materiais compatíveis com a infraestrutura existente e com normas técnicas aplicáveis; Equipe técnica qualificada, com registro de ART e comprovação de experiência em serviços elétricos públicos; Garantia de conformidade com normas de segurança, meio ambiente e qualidade de execução.

4.1. REQUISITOS GERAIS

- a) Materiais devem ser compatíveis com os sistemas de iluminação pública
- Conformidade com as normas técnicas aplicáveis, como as da ABNT;
- b) Garantia mínima dos materiais fornecidos; Clareza na especificação de marcas e modelos ou descrição detalhada das características técnicas.

4.2. REQUISITOS LEGAIS

- a) Atendimento à Lei 14.133/2021 em todas as etapas do processo licitatório;
- b) Cumprimento das exigências do Código de Defesa do Consumidor;
- c) Respeito às regulamentações ambientais vigentes;
- d) Observância das normativas específicas de segurança e saúde no trabalho.

4.3 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- a) Materiais com baixo consumo de energia;
- b) Produtos que apresentem maior durabilidade e menor necessidade de manutenção;
- c) Preferência por materiais recicláveis ou que apresentem menor impacto ambiental na produção;
- d) Adoção de práticas de logística reversa pelos fornecedores.

4.4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Avaliação do ciclo de vida dos materiais;
- b) Custos de aquisição e manutenção alinhados com os preços de mercado e a realidade orçamentária do município;
- c) Capacidade técnica e operacional dos fornecedores para atender as demandas no prazo estabelecido;
- d) Qualificação técnica dos profissionais responsáveis pela instalação e manutenção dos materiais elétricos.

Os requisitos descritos são indispensáveis efetivação da contratação e foram estabelecidos com base na máxima eficiência e na promoção do uso racional dos recursos públicos. A busca pelo atendimento integral destes requisitos tem o propósito de garantir a qualidade da manutenção da iluminação pública, a segurança de operadores e usuários do sistema, e a sustentabilidade das práticas adotadas, sem causar restrições indevidas a competição e a obtenção das melhores condições de mercado para Administração.



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram identificadas as seguintes soluções principais de contratação de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública entre fornecedores e órgãos públicos: Contratação direta com fornecedores, mediante procedimentos de licitação que podem variar conforme a modalidade, baseando-se na Lei 14.133/2021. Contratação através de terceirização dos serviços de manutenção da iluminação pública, com inclusão do fornecimento de materiais elétricos no escopo do contrato de prestação de serviços. Após análise, optou-se pela contratação de empresa especializada para execução integral dos serviços, por ser a alternativa mais eficiente, técnica e economicamente vantajosa para a Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários para: Manutenção preventiva e corretiva de pontos de iluminação pública. Substituição e instalação de luminárias, reatores, relés e braços metálicos. Instalação de novas luminárias LED em expansão da rede. Inspeção técnica, conserto de circuitos e serviços de melhoria da eficiência luminosa.

Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário, com acompanhamento e fiscalização técnica realizada por servidor designado pela Administração.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para a compra dos referidos materiais foi utilizado as séries históricas de aquisições de exercícios anteriores como parâmetro para calcular o quantitativo a ser necessário nessa aquisição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	Serviço de emenda de conexão nos cabos, com fita isolante inclusa.	SERV	500
2	Serviço de instalação de conjunto completo de luminária pública de LED em braço até 2,9 m. (Compreende a instalação de braço até 2,9 metros, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede).	SERV	350
3	Serviço de instalação de conjunto completo de luminária pública de LED em braço de 3 à 4 m. (Compreende a instalação de braço de 3 à 4 metros, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede).	SERV	200
4	Serviço de INSTALAÇÃO de luminária LED. (Compreende somente a INSTALAÇÃO de luminária LED com relé em infraestrutura existente)	SERV	400
5	Serviço de instalação ou troca de luminária completa (ornamental)	SERV	50
6	Serviço de instalação ou troca de luminária completa (padrão)	SERV	100
7	Serviço de instalação, retirada ou substituição de conectores Cunha ou Piercing (par).	SERV	1.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Avenida Danilo Correia, nº s/n – bairro Centro - CEP: 69.740-000 | Telefone: (97) 3441-1040
Santa Isabel do Rio Negro - AM





Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

8	Serviço de instalação, retirada ou substituição de fiação (em braço comum e/ou especial) desde a luminária até os conectores.	SERV	500
9	Serviço de instalação, retirada ou substituição de lâmpada em luminária comum.	SERV	500
10	Serviço de instalação, retirada ou substituição de luminária comum ou integrada.	SERV	184
11	Serviço de instalação, retirada ou substituição de reator externo.	SERV	600
12	Serviço de instalação, retirada ou substituição de reator interno.	SERV	184
13	Serviço de instalação, retirada ou substituição de relé fotoelétrico ou foto eletrônico.	SERV	1.000
14	Serviço de manutenção de chave magnética (instalar, retirar ou substituir)	SERV	40
15	Serviço de manutenção de lâmpada em luminária fechada (instalar, retirar ou substituir)	SERV	375
16	Serviço de manutenção de reator para lâmpada comum o especial. (instalar, retirar ou substituir).	SERV	150
17	Serviço de manutenção de rele fotoelétrico individual (instalar, retirar ou substituir)	SERV	225
18	Serviço de manutenção em conexões (limpeza, reaperto ou substituição)	SERV	300
19	Serviço de RETIRADA de luminária LED. (Compreende somente a RETIRADA de luminária LED com relé em infraestrutura existente)	SERV	600
20	Serviço de substituição de bocal de porcelana E27 ou E40.	SERV	120
21	Serviço de substituição de conjunto completo de luminária pública com lâmpada convencional por conjunto de luminária pública de LED e braço até 2,9 m. (Compreende a retirada de luminária com lâmpada convencional, braço, reator, relé, base para relé, fiação e conexões a rede; instalação de braço até 2,9 m, luminária LED, relé, fiação e conexões a rede). Substituição completa.	SERV	500
22	Serviço de substituição de conjunto completo de luminária pública com lâmpada convencional por conjunto de luminária pública de LED e braço entre 3 a 4 m. (Compreende a retirada de luminária com lâmpada	SERV	300
23	Serviço de substituição de luminária pública com lâmpada convencional por luminária pública de LED. (Compreende retirada de luminária com lâmpada convencional, reator, base para relé; instalação da luminária tipo LED em braço/poste existente). Mantém braço, fiação e conexão com a rede.	SERV	500



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

24	Serviço de substituição do braço de iluminação pública até 2,9 m.	SERV	490
25	Serviço para consertos e inspeção de circuito para localizar falha por ponto de iluminação pública (desmontar e consertar luminárias, refletores, conjunto de pétalas, conjunto de globos, etc.).	SERV	200

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A adoção do valor sigiloso visa garantir maior economicidade à Administração Pública. O sigilo está autorizado pelo art. 24 da Lei nº 14.133/2021, que permite o orçamento estimado sigiloso, desde que justificado, assegurando transparência aos órgãos de controle interno e externo.

Assim, o valor estimado não será divulgado no edital, mas os quantitativos e as especificações técnicas permanecerão acessíveis aos licitantes.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De acordo com o que estabelece a Lei 14.133 de abril de 2021, no contexto da aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção da iluminação pública no Município de Santa Isabel do Rio Negro /AM, avaliou-se a viabilidade do parcelamento da solução a ser contratada. As análises referentes ao planejamento e aos objetivos estratégicos da Administração Pública foram criteriosamente consideradas para tomar uma decisão alinhada aos princípios de eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

Após a realização de estudos técnicos que contemplaram a dimensão das atividades de manutenção, a periodicidade de aquisição dos materiais e a logística de distribuição e armazenagem, concluiu-se que o parcelamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração. As razões para essa decisão incluem assim a necessidade de evitar fragmentação do estoque que poderia dificultar a gestão e aumentar os custos operacionais, a economia de escala que se obtém com a aquisição centralizada de materiais, resultando em melhores preços e condições de pagamento, os materiais elétricos possuem um período de validade considerável, não acarretando riscos de obsolescência ou de perdas por deterioração, o que favorece a compra em quantidades maiores, a redução de custos logísticos e administrativos, uma vez que processos licitatórios mais frequentes seriam necessários caso houvesse parcelamento, gerando um aumento na carga operacional de trabalho e custos relacionados e consecutivos de diversos processos licitatórios ao longo do ano, a manutenção da eficácia operacional do sistema de iluminação pública, garantindo a pronta resposta as demandas de manutenção por meio da disponibilidade imediata dos materiais elétricos em estoque.

Portanto, com base nas diretrizes da Lei 14.133 e no princípio da eficiência, conclui-se pela contratação unificada dos materiais elétricos, não adotando o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Avenida Danilo Correia, nº s/n – bairro Centro - CEP: 69.740-000 | Telefone: (97) 3441-1040
Santa Isabel do Rio Negro - AM





Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

parcelamento da solução, visto que esta opção se apresenta como mais alinhada ao interesse público e a otimização dos recursos públicos.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O presente processo de contratação de aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da entidade Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, para o determinado exercício financeiro. A inclusão deste processo no referido plano evidencia a adequada antecipação das necessidades do município e a devida incorporação no planejamento estratégico municipal, garantindo, assim, a gestão eficiente dos recursos e a continuidade dos serviços essenciais de iluminação pública.

O planejamento detalhado reforça o compromisso da Administração Pública com os princípios de eficiência e economicidade, considerando a perspectiva do ciclo de vida dos materiais elétricos e sua relação com a infraestrutura existente. As ações previstas neste processo de contratação estão em consonância com a legislação vigente, em especial com o Art. 40 da Lei 14.133/2021, que prescreve a necessidade de o planejamento de compras observar as condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, garantindo condições de guarda e armazenamento adequadas e a conformidade com os princípios de responsabilidade fiscal.

Assim, a aquisição dos materiais elétricos está fundamentada na responsabilidade de prover serviços públicos de qualidade e na busca pela melhor execução das políticas de infraestrutura urbana, reafirmando o compromisso com a transparência, a legalidade e o interesse público.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa, garantir iluminação pública adequada e contínua, com cobertura eficiente em toda a malha urbana e rural; reduzir custos de manutenção e consumo de energia elétrica; promover segurança pública, conforto visual e valorização urbana; estimular o uso de tecnologias limpas e sustentáveis, como luminárias LED, reduzindo impactos ambientais e emissões de carbono.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências a serem adotadas para a efetivação da contratação para realização de serviços elétricos destinados a manutenção da iluminação pública no Município de Santa Isabel do Rio Negro são a elaboração e Divulgação do Edital: Será realizada a elaboração do edital de licitação, de acordo com o Art. 23 e Art. 40 da Lei 14.133, detalhando todas as especificações técnicas dos materiais, as quantidades necessárias,



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

as condições para execução da entrega e a forma de apresentação das propostas. Após a aprovação jurídica e administrativa, o edital será divulgado em meios oficiais de comunicação, a auditoria e Fiscalização: Procedimentos de auditoria interna e fiscalização serão implementados, com o objetivo de verificar a correta execução do contrato e o cumprimento das cláusulas contratuais, prevenindo e identificando possíveis desvios ou inconsistências, o planejamento da Logística de Distribuição:

A Secretaria de Infraestrutura do Município de Santa Isabel do Rio Negro deverá planejar a logística para a distribuição e armazenamento dos materiais elétricos, assegurando que a entrega seja realizada dentro dos prazos estabelecidos e que os materiais sejam alocados de forma a evitar a deterioração ou obsolescência. Como a homologação e Adjudicação: Após a conclusão do certame licitatório, proceder-se-á homologação e adjudicação para o licitante vencedor que atender todos os critérios e requisitos estabelecidos no edital, em conformidade com o Art. 5º da Lei 14.133, e a formalização do Contrato: Com a adjudicação da proposta mais vantajosa, será formalizado o contrato administrativo, contendo as cláusulas previamente definidas e seguindo as regras estipuladas pela Lei de Licitações.

Monitoramento da Execução Contratual: Será realizado o monitoramento contínuo da execução contratual, com a finalidade de garantir o cumprimento de todas as obrigações pactuadas.

13. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Após cuidadosa análise e avaliação das características e necessidades relacionadas a contratação de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura do Município de Santa Isabel do Rio Negro /AM, conclui-se que o sistema de registro de preços não se mostra a opção mais adequada para esta aquisição específica, conforme justificativas fundamentadas nas disposições da Lei 14.133/2021:

Análise da demanda: Considerando o Art. 23 da Lei 14.133/2021, que preconiza a necessidade de uma estimativa de consumo compatível com os valores de mercado e a economicidade, identificou-se que a demanda por materiais elétricos deste município não possui a regularidade e a previsibilidade que justificariam a formação de uma ata de registro de preços, por não se enquadrar em uma situação de necessidade permanente ou frequente (Art. 85).

Volume de compras: De acordo com o Art. 23 e Art. 86 da supracitada lei, a estimativa de consumo de materiais elétricos não atinge o volume que possibilitaria ganhos econômicos significativos ao adotar o registro de preços, pois as vantagens desta modalidade de contratação são mais perceptíveis em situações de aquisições de alta escala.

Peculiaridades do mercado local: A existência de fornecedores locais com capacidade de atendimento pontual e a oportunidade de estimular a economia local são considerações que vão ao encontro dos princípios de desenvolvimento nacional sustentável e de seleção da proposta mais vantajosa



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

(Art. 5º e Art. 26), indicando que a licitação tradicional é mais adequada para esta situação.

Gestão contratual: Considerando as disposições do Art. 40, o órgão gerenciador da ata necessitaria de uma estrutura administrativa capaz de gerir com eficiência os registros e as entregas dos materiais elétricos, o que implicaria em um ônus administrativo que poderia exceder os benefícios do registro de preços.

Características dos itens a serem contratados: A Lei 14.133/2021, em seu Art. 40, orienta que o parcelamento do objeto seja adotado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Nesse sentido, a natureza diversificada dos materiais elétricos a serem adquiridos sugere que o tratamento individual dos itens, por meio de licitações específicas, possa ser mais benéfico para a Administração Pública.

Flexibilidade contratual: Em conformidade com os Artigos 82 e 83 da Lei 14.133, apesar do registro de preços proporcionar um compromisso de fornecimento, ele não obriga a Administração a contratar exclusivamente sob suas condições, permitindo a flexibilidade no procedimento licitatório. Contudo, para o caso em questão, esse aspecto não se mostra um benefício, tendo em vista a natureza específica e pontual da demanda por materiais elétricos.

Assim, com base nas jurisprudências da Lei 14.133/2021, a não adoção do sistema de registro de preços se justifica pelo fato de que, no contexto atual do Município de Santa Isabel do Rio Negro, as práticas convencionais de aquisição por meio de licitação específica se alinham melhor com a busca pela administração pública eficiente, econômica e adequada as demandas pontuais do serviço de manutenção da iluminação pública.

14. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

Conforme estabelecido pelo Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, obedecendo a critérios rigorosos de comprovação de compromisso, indicação da empresa líder, admissão para efeito de habilitação técnica e econômico-financeira, entre outros. No entanto, diante do objeto deste processo licitatório Aquisição de Materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública – e das especificidades da demanda do Município de Santa Isabel do Rio Negro, a Administração Pública posiciona-se contra a participação de empresas na forma de consórcio pelas seguintes razões aonde a aquisição de materiais elétricos envolve uma vasta gama de produtos com especificações técnicas detalhadas, o que poderia resultar em complexidade gerencial desproporcional em caso de contratação via consórcio, gerando riscos de ineficiência na entrega e na qualidade dos materiais a economia de escala a natureza dos itens a serem adquiridos permite uma compra centralizada mais eficiente, o que favorece a economia de escala e reduz custos, sendo mais vantajoso contratar diretamente com fornecedores individuais, conforme permitido pelo § 3º do Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, flexibilidade e responsividade, a necessidade de agilidade nas compras para manutenção da iluminação pública requer flexibilidade e



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

capacidade de resposta rápida por parte dos fornecedores, o que poderia ser comprometido pela estrutura burocrática dos consórcios, o riscos de execução, a participação de consórcios poderia aumentar os riscos de execução contratual devido a complexidade de coordenação entre as empresas consorciadas, conforme implicações relacionadas aos arts. 15 e 33, e suas ramificações legais, da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, particularmente nos Art. 5º, que preza pela eficiência e economicidade, e no Art. 40, que destaca a responsabilidade fiscal e as condições de aquisição mais vantajosas para a Administração, a Prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro opta por vedar a participação de empresas sob a forma de consórcio para este certame específico, visando É obtenção o das melhores condições para o atendimento do interesse público e da garantia da efetiva prestação do serviço de iluminação pública.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Conforme o Art. 18, inciso XII, da Lei 14.133/2021, durante a fase preparatória das contratações públicas é necessário descrever os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras. Assim, para o processo de aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública, efetuou-se um levantamento detalhado dos potenciais impactos ambientais, tendo em vista as seguintes possibilidades:

Impactos associados a disposição inadequada de materiais elétricos usados, como lâmpadas de LED, reatores e foto controles, que possuem componentes tóxicos.

Emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao transporte e distribuição desses materiais.

Possíveis contaminações do solo e lençóis freáticos no caso de vazamentos ou rupturas de materiais contendo substâncias químicas nocivas ao meio ambiente.

Como parte das medidas mitigadoras e em alinhamento com a legislação pertinente, propõem-se as seguintes ações:

Implantação de um programa de logística reversa para materiais elétricos, garantindo a correta disposição e reciclagem dos produtos ao final de sua vida útil, em conformidade com os requisitos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Adoção de práticas de manuseio seguro e armazenamento adequado dos materiais para prevenir eventuais contaminações ambientais.

Treinamento de pessoal envolvido nas operações de manutenção e substituição dos componentes da iluminação pública com foco em práticas ambientalmente corretas.

Essas medidas visam assegurar a conformidade com os princípios de desenvolvimento nacional sustentável, alinhados a promoção da eficiência e eficácia na gestão pública, bem como a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, conforme estabelecido no Art. 5º da Lei 14.133/2021.



Estado do Amazonas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A partir de uma criteriosa análise realizada no contexto desta contratação, pautada pelos princípios e disposições estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, conclui-se de forma favorável sobre a viabilidade e razoabilidade desta aquisição de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública pelo Município de Santa Isabel do Rio Negro.

Primeiramente, destaca-se o alinhamento desta contratação com o Art. 5º da Lei, que enfatiza a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, entre outros, que são essenciais para a administração pública e que foram amplamente considerados durante toda a fase de planejamento. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado com base em dados históricos de consumo, padrões de uso e necessidades futuras, apontando para uma demanda consistente do material elétrico, em conformidade com o Art. 18, que ressalta a importância do planejamento e da definição correta das quantidades a serem contratadas.

Além disso, de acordo com o Art. 23, realizou-se um levantamento de mercado para assegurar que o valor estimado da contratação esteja compatível com os preços praticados pelo mercado, promovendo, assim, a economicidade sem deixar de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura.

Conforme o Art. 26, foi adotado um viés de sustentabilidade na seleção dos materiais elétricos, buscando opções que atendam as normas técnicas brasileiras e demais critérios de sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável.

Em relação ao Art. 40, considerou-se a expectativa de consumo anual e a viabilidade de aquisições planejadas, sendo estabelecido que não se adotará o sistema de registro de preços, visto que não há vantagem econômica expressiva para esta modalidade, segundo o disposto no Art. 83.

Por fim, no que tange a aplicação do Art. 84 e do Art. 86, entende-se que a natureza do objeto não exige o uso do sistema de registro de preços, uma vez que se trata de aquisição de materiais de consumo contínuo e de valores e quantidades já bem definidos pelo perfil de uso do município.

Portanto, baseado nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e nas informações coletadas, pontua-se que a contratação planejada é viável, racional e apresenta considerável vantajosidade para a Administração Pública, justificando a sua realização.



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

EQUIPE RESPONSÁVEL:

FERNANDA AZEVEDO FERNANDES
Responsável Técnico

Santa Isabel do Rio Negro /AM, em 23 de janeiro de 2026.

Despacho: O ETP está sob a responsabilidade de uma equipe dedicada e especializada, composta por profissionais de diversas áreas, cuja expertise é fundamental para o sucesso e a qualidade do estudo.

YAN FERNANDES TEIXEIRA

YAN FERNANDES TEIXEIRA
Secretário Municipal de Obras
Decreto Executivo nº 001/2023



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

LOCAL: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ENDEREÇO: (...).

DATA: (...)

HORA: (...) Hs

Nome de Fantasia:							
Razão Social:							
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)			
Endereço:							
Bairro:				Cidade:			
CEP:				E-mail:			
Telefone:							
Banco:				Conta Bancária:			
Nome e nº da agência bancária:							
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
ITEM	Descrição dos Produtos	Unid	Marca/mod elo	Procedência	QTD.	Preço(r\$) Unit.	Total
1		Und.					
Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO ITEM 01):							
Valor por extenso (PREÇO GLOBAL ITEM 01):							

Observação:

- Os percentuais referentes a tributos deverão ser cotados de acordo com o regime de tributação de cada empresa.
- Os licitantes não deverão incluir o CSLL e IRPJ nas Planilhas de Preços no quadro de Tributos, conforme Acórdão 1.319/2010, 1.696/2010, 1.442/2010 e 950/2007 do Tribunal de Contas da União.

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- Nos valores das
- s de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato;
- Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e de documentos para habilitação à Comissão Permanente de Licitação.
- Prazo de entrega / execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I (Termo de Referência/).
- Autoriza, no caso de sagra-se vencedor do certame (no todo ou em parte), a utilização dos dados do Sr. _____, data de nascimento ____/____/____, identidade _____, CPF _____, residente e domiciliado à _____, para utilização no sistema de assinatura eletrônica do município de Santa Isabel do Rio Negro (AM) em atos ulteriores ao certame.

Local e Data

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Sócio Administrador, Diretor ou

Representante Legal Carimbo de Identificação

Av. Danilo Correia, s/n – Centro • Fone/Fax: (97) 3441-1040 69.740-000

Santa Isabel do Rio Negro – AM

CNPJ 04.194.239/0001-09



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA
HABILITAÇÃO**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

A empresa XXXXXXXXXXXX, (endereço completo, CNPJ, inscrição estadual ou municipal), DECLARA, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico- financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a empresa, CNPJ, legalmente representada por seu (qualificação do sócio), Sr., RG e CPF, participante do procedimento licitatório n., na modalidade de, processo n., DECLARA, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que, a empresa acima nominada cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e no inciso VI do artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva)

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO EDITAL E DOCUMENTOS

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está recebeu toda a documentação, elementos e informações necessários para a elaboração de proposta de preço, vinculada ao processo licitatório acima epigrafado.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas do Art. 62 a 70 da Lei 14.133/21 e do Código Penal Art. 298 da Lei n. 2.848/1940, que a documentação e declarações apresentadas são fieis e verdadeiros.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador



ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro

Ref.: Pregão Presencial n. XXX/20XX - SRP

DECLARAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) doravante denominada “Licitante”, para fins do disposto no Edital do Pregão Presencial n. XXX/20XX, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial n. XXX/20XX antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador



ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO

O(A) (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) (endereço), na cidade de (cidade)/(UF), inscrito(a) no CNPJ sob o nº (CNPJ), neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº XX, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no DOU de (dia) de (mês) de (ano), portador da Matrícula Funcional nº (nº matrícula), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Presencial), para REGISTRO DE PREÇOS nº/202....., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no (Edital de licitação), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, especificados no Termo de Referência, anexo do edital de licitação nº XX/2026, do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas estimadas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. As condições de manutenção preventiva e corretiva, seguro total, documentação regular e substituição em caso de pane ou sinistro estão incluídas no valor mensal registrado para cada veículo.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, responsável pela condução do procedimento licitatório e gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. Além do órgão gerenciador, não há órgãos ou entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.



4.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos deste item.

Dos limites para as adesões

4.5. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.7. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da Ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, não convocando os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital de licitação.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO**, com sede na Av. José Martins, nº XX, Bairro Centro, na cidade de Santa Isabel do Rio Negro/AM, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado pela Portaria nº XX/2021, de dia de mês de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas em dia de mês de 2021, portador da Matrícula Funcional nº, nº matrícula, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ, com sede na endereço completo, na cidade de cidade/UF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL**, qualificação: cargo, nacionalidade, estado civil, CPF, identidade, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº XXX/2026** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como do **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislações pertinentes, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato Administrativo**, decorrente do **Pregão Presencial nº XX/2026 – Sistema de Registro de Preços**, regido pelas cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ XXXXXXXX (valor por extenso) por veículo, perfazendo o valor total estimado de R\$ XXXXXXXX (valor por extenso), conforme os quantitativos máximos previstos no Termo de Referência.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro total, manutenção preventiva e corretiva, e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente utilizados e contratados pela Administração.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): na sede da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM, situada na Av. Danilo Correia, s/n – Centro, bem como em oficina autorizada localizada no município ou na capital Manaus/AM, quando necessário.
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 50 km (cinquenta quilômetros) do local demandado. 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados,



documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando tratar-se de serviço comum de XXX, cujo risco de inadimplemento é reduzido, nos termos do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: XXXXXX;

II) Fonte de recursos: XXXXXX;

III) Programa de trabalho: XXXXXX;

IV) Elemento de despesa: XXXXXXXXXX; e

V) Plano interno: XXXXXX; e

VI) Nota de empenho: XXXXXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Santa Isabel do Rio Negro XXX de XXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO XIII – TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG nº XXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX a participar da licitação instaurada pela **Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM**, por intermédio da **Comissão Permanente de Licitação – CPL**, na modalidade **Pregão Presencial nº XX/2026 – SRP**, na qualidade de representante legal da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX outorgando-lhe poderes para participar do certame, pronunciar-se em nome da empresa, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao procedimento licitatório.
Santa Isabel do Rio Negro/AM, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Sócio Administrador ou Diretor)
Sócio Administrador / Diretor



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



**ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA**

Ref.: Pregão Presencial nº ____/2026 – SRP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida por _____, e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no certame licitatório em epígrafe, que **não possui em seu quadro funcional servidor público ocupante de cargo efetivo, cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro/AM**, bem como dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

Santa Isabel do Rio Negro/AM, ____ de _____ de 2026.

(Nome do Representante Legal)
Representante Legal da Empresa